

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GTFAT

DATA: 2 de julho de 2009

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Gustavo Alves Tillmann, Representante Titular do MF; Renato Antônio Henz, Representante Titular do MAPA; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Sérgio Luiz Maximino, Representante Suplente do MPS; Rosane de Almeida Maia, Representante Titular da CUT; Marcos Periotto, Representante Titular da Força Sindical; Carlos Roberto Nolasco Ferreira, Representante Titular da UGT; Geraldo Ramthun, Representante Titular da NCST; Pascoal Carneiro, Representante Titular da CTB; Rubens de Souza, Representante Titular da CGTB; Mário Sérgio Carraro Teles, Representante Titular da CNI; Jorge Higashino, Representante Titular da CONSIF; Antônio Lisboa Cardoso, Representante Titular da CNC; Maurício Laval Pina de Sousa Mugnaini, Representante Titular da CNS; e, Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur. **Convidadas:** Ana Maria Santos Fidélis, futura Representante Titular da CNA; e, Maria Thereza Andrade, Representante do FONSET.

1 Aos dois dias do mês de julho de dois mil e nove, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e
2 Emprego – MTE, teve início a Décima Quinta Reunião Extraordinária do Grupo de Apoio Técnico
3 ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - GTFAT, sob a coordenação do
4 Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly. **ABERTURA.** O Coordenador do
5 GTFAT cumprimentou a todos e, em seguida, apresentou e deu as boas-vindas à futura
6 Representante Titular da CNA, Sra. Ana Maria Santos Fidélis. Na sequência, informou que a pauta
7 seria dedicada exclusivamente ao orçamento do FAT. Observou que no dia 3 de julho próximo
8 expiraria o prazo para recebimento de sugestões de alteração do Regimento Interno do CODEFAT.
9 O Representante Titular da NCST, Sr. Geraldo Ranthum, questionou o retorno do Regimento
10 Interno ao GTFAT, considerando ter sido aprovado na última reunião do Conselho. O Coordenador
11 do GTFAT esclareceu que o CODEFAT havia aprovado o Regimento de forma preliminar, tendo
12 decidido na ocasião que o tema retornaria à discussão pelo GTFAT. Na sequência, o Coordenador
13 do GTFAT passou ao **ITEM 1 – Proposta de Resolução que aprova a Proposta Orçamentária**
14 **do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2010.** O Titular da
15 Coordenação-Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr. Paulo Cesar Bezerra de Souza, iniciou a
16 apresentação do Item em tela destacando que haveria necessidade, no exercício de 2010, de um
17 aporte de cerca de R\$ 7,9 bilhões para igualar as receitas às despesas. Destacou que essa questão já
18 havia sido discutida junto a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento,
19 Orçamento e Gestão – SOF/MP, que indicou o registro do referido valor na fonte 105 (a definir),

20 ficando de estudar de onde sairia o recurso. Observou que em 2009 deveria ocorrer o primeiro
21 déficit operacional do FAT. Esclareceu que o Poder Executivo teria até o dia 31 de agosto de 2009
22 para encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2010 ao Congresso Nacional.
23 Explicou que a Proposta Orçamentária havia sido elaborada com base em informações das unidades
24 do MTE cujas ações eram custeadas com recursos do FAT, sendo consolidadas pela Coordenação-
25 Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC. Relatou que as projeções apontavam para
26 o exercício de 2010 despesas no montante de R\$ 43,06 bilhões, assim classificadas: i) Inversões
27 Financeiras – R\$ 10,12 bilhões; ii) Despesas Obrigatórias – R\$ 30,72 bilhões; e, iii) Despesas
28 Discricionárias – R\$ 2,22 bilhões. Explicou que a ação “despesas obrigatórias” era composta pelo
29 pagamento dos benefícios do abono salarial (R\$ 8,9 bilhões) e do seguro-desemprego (R\$ 21,8
30 bilhões). Na sequência, detalhou a ação “despesas discricionárias”, a saber: I) Erradicação do
31 Trabalho Escravo - R\$ 42,4 mil; II) Apoio Operacional do Seguro Desemprego e do Abono Salarial
32 - R\$ 181,9 milhões; III) Gestão da Integração de Políticas Públicas - R\$ 13,2 milhões; IV) Sistema
33 Nacional de Emprego - R\$ 613,6 milhões; V) Identificação do Trabalhador - R\$ 71,6 milhões; VI)
34 Qualificação Social e Profissional - R\$ 1,0 bilhão; VII) Sistemas Corporativos - R\$ 27,3 milhões;
35 VIII) Gestão do PROGER - R\$ 2,7 milhões; IX) Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda
36 - R\$ 283,7 milhões; X) Microcrédito Produtivo Orientado - R\$ 7,0 milhões; e, XI) Publicidade de
37 Utilidade Pública - R\$ 15,0 milhões. Esclareceu que o artigo 4º da Lei 9.322, de 5 de dezembro de
38 1996, estabelecia que os recursos da cota-parte da Contribuição Sindical seriam utilizados pelo
39 MTE na realização de despesas com o reaparelhamento das Superintendências Regionais do
40 Trabalho e Emprego – SRTE, e com programas inseridos no âmbito de sua competência. Destacou
41 que esses recursos se destinavam a ação/despesa “Gestão da Política de Trabalho, Emprego e
42 Renda”, conforme a distribuição a seguir: i) Gestão e Administração do Programa - R\$ 3,8 milhões;
43 ii) Coordenação e Manutenção do FAT - R\$ 250,0 mil; iii) Apoio à Implementação de Políticas -
44 R\$ 112,9 milhões; iv) Funcionamento das SRTE - R\$ 127,3 milhões; v) Ouvidoria-Geral do MTE -
45 R\$ 10,2 milhões; vi) Observatório do Mercado de Trabalho - R\$ 750,0 mil; e, vii) Ações de
46 Informática - R\$ 28,5 milhões. Na sequência, o Coordenador-Geral da CGFAT apresentou quadro
47 com a distribuição do orçamento por fonte de recursos, sendo projetados os seguintes valores de
48 receita: I) Contribuição PIS/PASEP - R\$ 25,3 bilhões; II) Restituição de Benefícios não
49 Desembolsados e Outras Receitas Patrimoniais - R\$ 188,5 milhões; III) Multa e Juros Devidos ao
50 FAT - R\$ 54,2 milhões; IV) Cota-Parte da Contribuição Sindical - R\$ 275,9 milhões; V)
51 Remuneração de Recursos do FAT - R\$ 9,3 bilhões; VI) Restituição de Convênios - R\$ 42,7
52 milhões; e, VII) A Definir - R\$ 7,9 bilhões. Observou que a fonte “Remuneração de Recursos do
53 FAT” estava assim dividida: i) Remuneração de Aplicação no Extramercado - R\$ 1,4 bilhão; ii)
54 Remuneração de Depósitos Especiais - R\$ 2,2 bilhões; iii) Remuneração de Saldos não
55 Desembolsados - R\$ 33,0 milhões; e, iv) Remuneração do BNDES - R\$ 5,7 bilhões. O

56 Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, ressaltando que apesar da projeção de déficit operacional
57 da ordem de R\$ 7,8 bilhões, o FAT fecharia o exercício de 2010 com crescimento nominal de seu
58 patrimônio, cujo montante alcançaria o valor de R\$ 160,8 bilhões. O Coordenador do GTFAT abriu
59 as inscrições para manifestação, sugerindo iniciar a discussão pelas receitas e, em seguida, passar
60 para as despesas. A Representante Titular da CUT, Sra. Rosane de Almeida Maia, indagou se havia
61 revisão do Plano Plurianual – PPA e sua periodicidade. A Coordenadora-Geral da CGOFC, Sra.
62 Águida Gonçalves da Silva, esclareceu que deveria haver revisão do PPA anualmente, mas que não
63 ocorreu em 2008 e 2009, ressaltando que essa decisão competia à Secretaria de Planejamento e
64 Investimentos Estratégicos – SPI/MP. O Representante Titular do MF, Sr. Gustavo Alves Tillmann,
65 indagou se haveria a necessidade de aporte de recursos no exercício de 2009, ao que o
66 Coordenador-Geral da CGFAT respondeu positivamente, esclarecendo que o MTE já havia
67 inclusive solicitado à SOF/MP o montante de R\$ 2,6 bilhões. O Representante do MF inquiriu sobre
68 como havia sido feita a projeção da arrecadação do PIS/PASEP e quais os indicadores usados para
69 sua construção. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que a receita PIS/PASEP foi projetada
70 a partir da arrecadação bruta anual, informada pelo Tesouro Nacional, mediante a aplicação do
71 índice do Produto Interno Bruto – PIB e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O
72 Representante da NCST, referindo-se a contribuição sindical, solicitou o encaminhamento de um
73 balancete do FAT de modo a permitir que se acompanhasse a arrecadação e os gastos, ressaltando
74 que já havia feito essa solicitação na última reunião. O Coordenador do GTFAT registrou que a
75 cada reunião ordinária era entregue um Boletim de Informações Financeiras do FAT contendo as
76 receitas e despesas do Fundo. O Representante Titular da CNI, Sr. Mário Sérgio Carraro Teles,
77 referindo-se ao PIB, observou que o mercado projetava para o exercício de 2009 queda de 0,4%,
78 enquanto a proposta orçamentária do FAT considerava crescimento de 1%, ao que o Coordenador-
79 Geral da CGFAT esclareceu que foram utilizados os parâmetros da Secretaria de Política
80 Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF. O Representante Titular da CTB, Sr. Pascoal
81 Carneiro, indagou, quanto ao PIS/PASEP, sobre a razão de a receita apresentar índice de
82 crescimento inferior ao da despesa. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que a receita do
83 PIS/PASEP tinha relação com a atividade econômica (crescimento médio do PIB em torno de 4%),
84 enquanto a despesa estava relacionada ao significativo aumento do salário mínimo registrado nos
85 últimos anos (média superior a 10%), o que elevou o número de trabalhadores contemplados pela
86 faixa do PIS/PASEP. O Representante Titular da CNS, Sr. Maurício Laval Pina de Sousa Mugnaini,
87 observou que o crescimento do pagamento do abono salarial, pela discussão ocorrida, mostrava o
88 bom desempenho do MTE em atingir a todos os trabalhadores, a elevação da mão-de-obra formal e
89 a melhoria do salário mínimo, constituindo-se em uma ação positiva. Ressalvou que o aumento dos
90 gastos com seguro-desemprego, ao contrário, era algo negativo, pois denotava percentuais elevados
91 de problemas de rotatividade no mercado de trabalho. Inquiriu se o MTE possuía mecanismos de

92 controle para evitar fraudes no seguro-desemprego. O Coordenador do GTFAT esclareceu que o
93 MTE cruzava os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED com os da
94 Caixa Econômica Federal - CAIXA e da Previdência Social, a fim de verificar possíveis
95 irregularidades no pagamento do benefício. O Representante da CNS questionou a cobrança de
96 tarifa por parte dos agentes financeiros para o pagamento do Abono Salarial e do Seguro-
97 Desemprego, defendendo sua isenção. O Coordenador do GTFAT registrou que o MTE estava
98 discutindo junto ao Ministério da Previdência Social à adesão ao protocolo da Federação Brasileira
99 de Bancos – FEBRABAN, no sentido de buscar eliminar os custos das tarifas. O Representante
100 Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Periotto, destacou que havia algum tempo que se alertava para
101 a deficiência do MTE no controle da contribuição sindical, exemplificando que a Confederação da
102 Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na
103 Agricultura - CONTAG efetuavam o recolhimento da contribuição sindical rural ao Tesouro
104 Nacional sem a identificação da fonte. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que foi criado
105 um Grupo de Trabalho no MTE, sob sua coordenação, com o objetivo de melhorar os mecanismos
106 de controle da contribuição sindical. O Representante Titular da UGT, Sr. Carlos Roberto Nolasco
107 Ferreira, referindo-se ao benefício do seguro-desemprego, observou a necessidade de uma maior
108 troca de informações entre o Ministério e os postos do Sistema Nacional de Emprego - SINE. O
109 Coordenador do GTFAT informou que a empresa DATAPREV, em substituição à DATAMEC,
110 estava desenvolvendo o Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE-Web,
111 explicando que essa ferramenta permitiria ao MTE o acompanhamento, em todo o Brasil, das vagas
112 existentes e dos trabalhadores inscritos, sendo um importante instrumento para o SINE no que dizia
113 respeito à recolocação no mercado de trabalho, o que implicaria em redução dos gastos com seguro-
114 desemprego. A Representante da CUT indagou sobre o crédito suplementar, ao que o Coordenador-
115 Geral da CGFAT explicou que ocorria durante o exercício, conforme a necessidade, tendo prazo
116 definido para ser solicitado. O Representante Titular da CNTur, Sr. Sebastião Antunes Duarte,
117 solicitou esclarecimentos quanto aos cortes efetuados pelo Ministério do Planejamento sobre o
118 orçamento aprovado pelo CODEFAT. O Coordenador do GTFAT explicou que os cortes ocorriam
119 principalmente nas despesas discricionárias, o que causava dificuldades para o MTE, haja vista a
120 necessidade de recursos para promover, dentre outros, a intermediação de mão-de-obra e a
121 qualificação profissional. O Coordenador-Geral da CGFAT complementou, observando que o
122 CODEFAT apresentava seu orçamento à SOF/MP, que por sua vez realizava o levantamento das
123 despesas de todas as unidades do governo a fim de compor o Orçamento-Geral da União para
124 encaminhamento ao Congresso Nacional, onde seria objeto de emendas parlamentares. A
125 Representante do FONSET, Sra. Maria Thereza Andrade, observou que os estados e municípios não
126 participavam do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ, no entanto, o valor proposto para essa
127 ação (R\$ 688,7 milhões) superava em quase três vezes o do Plano Territorial de Qualificação –

128 PlanTeQ (R\$ 242,1 milhões). A Técnica do DEQ, Sra. Mariângela Coelho, explicou que a
129 distribuição dos recursos entre o PlanTeQ e o PlanSeQ guardava a mesma proporcionalidade dos
130 valores aprovados pelo CODEFAT para o exercício de 2009. O Coordenador do GTFAT observou
131 que a Representante do FONSET poderia sugerir ao Presidente do Fórum que defendesse junto ao
132 CODEFAT uma distribuição de recursos mais equilibrada entre PlanTeQ e PlanSeQ. O
133 Representante Titular da CONSIF, Sr. Jorge Higashino, solicitou esclarecimentos quanto ao valor
134 proposto para a “Qualificação Profissional” (R\$ 1,0 bilhão), haja vista ser muito superior ao que
135 constava na LOA/2009 (R\$ 333,7 milhões). O Coordenador do GTFAT explicou que os valores
136 eram projetados com base na proposta orçamentária aprovada pelo CODEFAT no exercício
137 anterior, que no caso da qualificação profissional foi de R\$ 951,0 milhões, ou seja, trabalhavam
138 com o valor considerado ideal para a execução da ação. O Representante da CNS solicitou o
139 detalhamento da ação/despesa “Coordenação-Geral de Informática”, projetada em R\$ 59,1 milhões,
140 haja vista que os gastos com informática estariam presentes em diversas rubricas. O Representante
141 Titular da CNC, Sr. Antônio Lisboa Cardoso, solicitou o detalhamento da ação/despesa “Gabinete
142 do Ministro”, que estava orçado em R\$ 3,1 milhões, a fim de verificar sua finalidade. O
143 Coordenador do GTFAT declarou que solicitaria as áreas competentes o detalhamento das
144 ações/despesas em referência, de modo que fosse incluído na apresentação da proposta
145 orçamentária do FAT para o Conselho. O Representante da CNS arrazoou que gostaria de ver o
146 GTFAT e o CODEFAT estudando a melhoria dos mecanismos de controle referentes ao seguro-
147 desemprego, visando evitar fraudes. O Coordenador do GTFAT observou que já havia efetivos
148 controles nesse sentido, como o cruzamento dos dados do CAGED com os da CAIXA e da
149 Previdência Social, ressaltando que o MTE dependia das despesas discricionárias para melhorar o
150 atendimento prestado ao trabalhador. O Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma
151 manifestação, em não havendo, considerou a Proposta Orçamentária do FAT para o exercício de
152 2010 apta para ser submetida à deliberação do CODEFAT. **ENCERRAMENTO.** Nada mais
153 havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Coordenador do GTFAT deu por encerrada a reunião,
154 agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo
155 do CODEFAT e Coordenador do GTFAT, lavrei a presente Ata, que após aprovada, será assinada
156 por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY
Coordenador do GTFAT e
Secretário-Executivo do CODEFAT

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Representante Titular do MF

RENATO ANTÔNIO HENZ
Representante Titular do MAPA

Continuação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do GTFAT

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO
Representante Titular do BNDES

SÉRGIO LUIZ MAXIMINO
Representante Suplente do MPS

ROSANE DE ALMEIDA MAIA
Representante Titular da CUT

MARCOS PERIOTO
Representante Titular da Força Sindical

CARLOS ROBERTO NOLASCO FERREIRA
Representante Titular da UGT

GERALDO RAMTHUN
Representante Titular da NCST

PASCOAL CARNEIRO
Representante Titular da CTB

RUBENS DE SOUZA
Representante Titular da CGTB

MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELES
Representante Titular da CNI

JORGE HIGASHINO
Representante Titular da CONSIF

ANTÔNIO LISBOA CARDOSO
Representante Titular da CNC

MAURICIO LAVAL PINA DE SOUSA MUGNAINI
Representante Titular da CNS

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Representante Titular da CNTur
